

Mais flexibilidade na contabilização da dívida

GAZETA MERCANTIL

por Fowler W. Martin
da AP/Dow Jones

As autoridades bancárias norte-americanas não excluirão a possibilidade de os bancos comerciais utilizarem uma técnica contábil mais liberal para alguns empréstimos internacionais refinanciados, declarou Robert R. Bench, controlador-adjunto da moeda para relações internacionais dos Estados Unidos.

Mas ele disse que as autoridades não pretendem incentivar os bancos a usar a técnica internacionalmente, em contraste com sua recente política de endossar a aplicação da técnica nos casos ligados a créditos bancários para setores energéticos e agrícolas domésticos em dificuldades. Outras opções são disponíveis para ajudar os bancos e tomadores a resolver suas dificuldades em créditos externos, observou Bench.

CONCESSÕES

Ele estava referindo-se às normas da Resolução nº 15 do conselho de contabilidade financeira dos Estados Unidos, que estabelece diretrizes contábeis para "reestruturar as dívidas problemáticas". As diretrizes, em vigor há mais de dez anos mas pouco aplicadas, prevêem que, sob certas circunstâncias, os credores poderão oferecer concessões significativas aos tomadores sem ter de contabilizar o valor do empréstimo como prejuízo como tem sido freqüentemente feito quando os pagamentos normais de serviço

de dívida não podem ser realizados. A contabilização de empréstimos como prejuízos pode produzir um impacto muito negativo na rentabilidade do banco.

As concessões podem ter a forma de redução de taxas de juros, vencimentos mais extensos, perdão de parte de dívida, transferência de ativos em troca de empréstimos ou alguma combinação desses elementos. Para dispensar a dolorosa contabilização de prejuízo, os auditores e as autoridades do setor bancário, precisam concordarem que existe um alto grau de probabilidade de que o tomador possa reembolsar o empréstimo sob os novos termos, mais favoráveis, e o total dos pagamentos futuros de juros e do principal precisam pelo menos igualar-se ao valor do principal do empréstimo lançado nos livros do banco.

CAMINHO

Alguns analistas, como Norman Bailey, ex-assessor especial do presidente Reagan para política econômica internacional, sugeriram que a aplicação da Resolução nº 15 a empréstimos internacionais abre um novo caminho para resolver os problemas de dívida do Terceiro Mundo.

Em vez de acumular mais dívidas de tomadores com problemas, como defendeu o Plano Baker, a ajuda poderia ser proporcionada por meio de concessões significativas em taxas de juros e, possivelmente, a dispensa de parte das dívidas.